

# O materialismo histórico e a narrativa historiográfica: contribuição para uma metodologia crítica sobre a história do cotidiano e sua historiografia

## Resumo

O presente artigo desenvolve algumas considerações sobre o problema da narrativa historiográfica, a partir de uma breve análise da historiografia em torno do pensamento materialista histórico e de um estudo em torno do texto "Sobre o conceito da história" (Paris, 1940), de Walter Benjamin. Pretende-se discutir algumas contribuições do pensamento deste autor para a análise desse tipo de narrativa, apreciando possíveis relações entre estrutura social e história do cotidiano; para isso, consideramos especialmente a tese dezesseis do referido texto de Benjamin, aqui analisado como fonte, à luz da crítica de bibliografia especializada sobre o assunto. Nesse sentido, encontram-se ao final deste trabalho algumas considerações teóricas e metodológicas que apontam para uma história crítica do cotidiano e sua narrativa historiográfica.

**Palavras-chave:** Teoria e metodologia da História; Materialismo histórico; História do cotidiano.

Edson dos Santos Junior\*

## Abstract

The present article develops some considerations on the problem of the historiographical narrative, starting from a brief analysis of the historical materialist thought and of a study around the text "On the concept of the history" (Paris, 1940), of Walter Benjamin. It is intended to discuss some contributions of this author's thought to the analysis of this type of narrative, appreciating possible relations between social structure and history of daily life; for this, the thesis was criticized for the sixteen of Benjamin's text, which is analyzed here as a source, in the light of the criticism of specialized bibliography on the subject. In this sense, we find at the end of this work some theoretical and methodological considerations that point to a critical history of daily life and his historiographical narrative.

**Keywords:** Theory and methodology of History; Historical materialism; History of everyday life.

\* Historiador pela Unifesp, especialista em Ensino de História, América Latina e Relações Internacionais Contemporâneas pela Unila. Correio eletrônico: edson.santos.junior@hotmail.com

## As teses sobre história como expressão de um impasse

Em um texto que procura discutir as relações entre História e Ciências Sociais<sup>1</sup>, Fernand Braudel escreve que Karl Marx foi pioneiro na construção de verdadeiros modelos sociais a partir da longa duração histórica. Isto porque o modo de produção capitalista, compreendido por Marx, foi capaz de organizar a sociedade hierarquicamente em classes e as relações sociais entre elas reproduzem estruturas que podem durar por muito tempo.

A história do capitalismo na Europa permitiu a historiadores como Braudel elaborarem um pensamento histórico em torno da ideia de duração das estruturas sociais organizadas por meio daquele modo de produção. O debate historiográfico em torno da análise das estruturas sociais para a compreensão da história levou-nos ao que Jacques Le Goff chamou de história nova<sup>2</sup> e sua importante contribuição para a metodologia da História, ao problematizar sobre a noção de fontes históricas, considerando uma enorme “multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc<sup>3</sup>”. A multiplicidade de fontes, por sua vez, levou-nos ainda a uma multiplicidade de tempos sociais produzidos de maneira específica em cada lugar, até que o avanço do diálogo da Antropologia com os estudos históricos de maneira geral pudesse ajudar a colocar o cotidiano em evidência.

Mas o estudo da história do cotidiano, que considera as condições sociais de uma sociedade estruturada em classes, ganhou outra direção a partir do pensamento do historiador Edward P. Thompson, a partir de obras como “Costumes em comum”<sup>4</sup>, em que história do comportamento e do cotidiano encontram-se relacionadas com as condições sociais do tempo e do espaço em que se situam. Sua proposta de uma história “vista de baixo”, em consideração aos sujeitos invisibilizados em dadas condições, aproxima-se bastante do esforço que o historiador materialista histórico precisaria fazer para recuperar a história, de acordo com o que mostra Walter Benjamin no texto “Sobre o conceito da história”<sup>5</sup>.

Cabe, portanto, a este trabalho considerar relações possíveis entre estrutura social e cotidiano, para a produção de uma narrativa historiográfica comprometida com a história da luta pela emancipação humana, destacando o estudo das relações sociais em determinado tempo e espaço, que caracterizam a vida social concreta<sup>6</sup>. Deste modo, pretende-se avaliar em que medida o pensamento de Benjamin estabelece sua crítica à história por meio da crítica à narrativa do “progresso”, incapaz de considerar os retrocessos sociais que se reproduzem com a

---

<sup>1</sup> BRAUDEL, F. **Escritos sobre história**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 75.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques (dir.). **A história nova**. 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

<sup>3</sup>Op. Cit. p. 25-26.

<sup>4</sup>THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>5</sup> BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>6</sup> Entende-se aqui por vida social concreta algo como a síntese de múltiplas determinações, a unidade pela diversidade, conforme se pode encontrar em MARX, Karl. Introdução aos Grundrisse. In: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2<sup>o</sup>ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 116.

manutenção do capitalismo, e problematizar acerca de sua principal referência para a elaboração dessa crítica que é o materialismo histórico.

Nesse sentido é que sublinhamos as lutas de classes, para pensarmos as mudanças históricas em seus momentos decisivos, e problematizamos acerca do imaginário teleológico, que concebe o fim espontâneo do capitalismo em alguma de suas crises. Segundo Thompson<sup>7</sup>, para apreendermos o processo histórico a ser registrado pela historiografia é necessário considerar as dinâmicas em que

A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isto significa que a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem *vivenciadas* na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas as ações, escolhas e crenças humanas<sup>8</sup>.

Essa crítica de Thompson ao imaginário que associa de maneira automática as mudanças estruturais às mudanças qualitativas do cotidiano ao longo do tempo é semelhante àquela feita por Benjamin ao pensamento progressista teleológico, que observa simplesmente a estrutura produtiva de uma sociedade capitalista enquanto sinônimo de desenvolvimento social mas sem reconhecer devidamente os retrocessos humanos resultantes do capitalismo, precisando levar em conta o rol de contradições socioambientais que seu ânimo de lucro traz consigo, além das contradições entre as classes resultantes das forças sociais e políticas em luta de classes, capaz de mudar a vida social e privada deixando registros para a história.

Lawrence Stone<sup>9</sup> e Eric Hobsbawm<sup>10</sup> debatem acerca do ressurgimento ou volta que a narrativa historiográfica tem logrado nas discussões entre historiadores e historiadoras. Para Stone (1991) existe uma distinção entre o que ele chama de história estrutural e história narrativa, ressaltando aspectos mais descritivos que analíticos nesta última, através dos quais se acredita colocar o homem em evidência em vez de evidenciar suas circunstâncias. Não que a análise fosse abandonada completamente nesse tipo de historiografia, mas ela não deveria sustentar a construção de uma obra historiográfica. Hobsbawm, por sua vez, entende o exame acerca da narrativa historiográfica como uma resposta ao declínio da história política e religiosa que se queria explicar unicamente a partir das ideias, ou seja, “uma notável virada para a história socioeconômica e para a explicação histórica em termos de ‘forças sociais’, como já notava Momigliano em 1954”. Será o sentido teleológico de tempo histórico no imaginário em torno do progresso, registrado pela moderna narrativa historiográfica acusada de economicista, o principal problema a ser discutido nesse caso?

---

<sup>7</sup> THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social (1977). In: \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

<sup>8</sup> THOMPSON, E. P., 2001, p. 263.

<sup>9</sup> STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa**: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*. Campinas (Unicamp), nº 2, vol. 3, 1991.

<sup>10</sup> HOBBSAWM, Eric. A volta da narrativa. In: \_\_\_\_\_. **Sobre História**: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [versão digital distribuída pela editora, sem numeração de página].

Pois tal sentido teleológico não parece ser tampouco um registro exclusivo dos tempos modernos, diante do que é interessante destacar aquilo que o historiador Arnaldo Momigliano<sup>11</sup> escreveu sobre a historiografia moderna e suas raízes na cultura ocidental, desde a antiguidade clássica:

O passado para Tucídides não é interessante ou significativo por si mesmo. É apenas um prelúdio do presente. O desenvolvimento do passado para o presente é linear. Como foi observado por J. Romilly, Tucídides 'dá à História uma direção única (...)'. Para dizer mais claramente: já que o passado leva ao presente por simples progressão, a única maneira de conhecê-lo é partindo do presente. Esta é ainda outra diferença em relação a Heródoto, para quem o passado tinha significado por si mesmo<sup>12</sup>.

De acordo com o que escreveu Momigliano, o tempo como progressão, típico para o pensamento teleológico em torno do progresso, não é produto ou reflexo simples da referida relação entre “base e superestrutura” em uma sociedade organizada pelo modo de produção capitalista, não é uma exclusividade do imaginário progressista, mas já estava assim registrado em documentos da cultura própria à antiguidade clássica europeia, antes mesmo do surgimento do capitalismo. Então, o que há de específico naquela concepção de tempo histórico observada por Benjamin?

Para François Hartog<sup>13</sup>, a preocupação dos antigos com o tempo histórico diz respeito ao passado como objeto da memória social através de sua relação entre lembrar e esquecer, ou seja, o que importaria transmitir às próximas gerações. Ao se referir à ordem do tempo para a História como sendo um regime de historicidade, ele escreve que:

No que respeita à historiografia, a expressão moderno regime significa um período em que o ponto de vista do futuro domina. A palavra-chave é Progresso, História é entendida como processo e Tempo como se direcionando a um fim (progressão). O fim desse regime moderno significaria que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se torna imprevisível ou mesmo opaco<sup>14</sup>

Notamos como nossa atual sensibilidade acerca do tempo está concebida para a chamada cultura ocidental, nos seguintes termos: passado, presente e futuro. Se buscamos identificar tal sensibilidade com o moderno regime de historicidade de que trata Hartog, é possível recorrermos à imagem de Heráclito para o tempo como “fluxo” ou, se preferirmos, à imagem de Prometeu para um domínio humano sobre a natureza. Será interessante para o estudo do pensamento de Benjamin abordar a narrativa sobre o tempo como uma alegoria, concordando a esse respeito com Konder<sup>15</sup> e Löwy<sup>16</sup>, para os quais o pensamento de nosso autor está repleto de alegorias.

<sup>11</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

<sup>12</sup> MOMIGLIANO, 2004, p. 72.

<sup>13</sup> HARTOG, François. **Tempo, História e a escrita da História**: a ordem do tempo. In: *Revista de História* 148: São Paulo (USP), 1º semestre - 2003, p. 09 – 34.

<sup>14</sup> HARTOG, 2003, p. 11.

<sup>15</sup> KONDER, Leandro. **Walter Benjamin**: o marxismo da melancolia. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 36.

<sup>16</sup> LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio** – uma leitura das teses “Sobre o conceito da história”. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 17.

Vale ainda destacar as críticas que o autor de “Sobre o conceito da história” levanta sobre o que chama de “a imagem eterna do passado” e sobre o historicismo que, segundo José Carlos Reis<sup>17</sup>, estabelece um passado reificado, cujas fontes são os vestígios ou rastros deixados por esse passado, que por si só evoca a história à qual ele se refere; tal história seria capaz de separar, como dados objetivos, passado e presente. Reis difere esse historicismo, fundamentalmente conservador e tradicionalista, do pensamento filosófico revolucionário sobre a história e sua inclinação ao futuro.

No que se refere ao presente, Marx e Engels entendem que “a ‘libertação’ é um facto histórico e não um facto intelectual, e é provocado por condições históricas”<sup>18</sup>, ou seja, passado e presente não são dimensões que se poderiam encontrar dissociadas, e a mudança, como transformação substantiva da sociedade, depende tão efetivamente de interpretações complexas quanto de práticas políticas adequadas a determinadas condições sociais.

Segundo Löwy<sup>19</sup>, Benjamin será bastante influenciado pela leitura de “Marxismo e filosofia” de Karl Korsch<sup>20</sup>, onde podemos encontrar várias críticas ao materialismo histórico conforme este teria sido interpretado pelos soviéticos, que teriam acreditado em um finalismo que punha o desenvolvimento técnico e industrial como fator fundamental a provocar a crise terminal do capitalismo. Segundo Korsch<sup>21</sup>, os soviéticos teriam subtraído do pensamento de Marx a filosofia de Hegel e seu método dialético, o que resultava em acreditar de maneira equivocada no desenvolvimento das forças produtivas como condição imprescindível à emancipação política do proletariado.

Em vista disso, Benjamin escreve sobre a confusão e o conformismo da social-democracia alemã em crer demasiadamente no desenvolvimento das forças produtivas sob relações sociais capitalistas, e vai adiante:

Esse conceito de trabalho, típico do marxismo vulgar, não examina a questão de como seus produtos podem beneficiar trabalhadores que deles não dispõem. Seu interesse se dirige apenas aos progressos na dominação da natureza, e não aos retrocessos na organização da sociedade. (...) O trabalho, como agora compreendido, visa uma exploração da natureza comparada, com ingênua complacência, à exploração do proletariado<sup>22</sup>.

A degradação ambiental está associada com a acumulação de capital, reconhece Benjamin, gerando sistematicamente uma ordem de violências estruturais a serem reproduzidas exaustivamente no cotidiano que se observa. A expectativa com o despertar da consciência do proletariado para a revolução socialista, emergindo da experiência operária, é problematizada por nosso autor: ele questiona como as “relações de produção que correspondem a um

---

<sup>17</sup> REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 4<sup>o</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 39-40.

<sup>18</sup> MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. 3<sup>a</sup> ed., vol. 1. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1980, p. 28.

<sup>19</sup> LÖWY, 2005, p. 30.

<sup>20</sup> KORSCH, Karl. **Marxismo e Filosofia**. Porto: Afrontamento, 1977.

<sup>21</sup> Op. Cit. p. 71.

<sup>22</sup> BENJAMIN, 1987, p. 228.

determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”, como Marx escreve no prefácio de sua “Contribuição à crítica da economia política”<sup>23</sup>, será capaz de provocar a consciência e a ação necessariamente revolucionárias da classe operária frente ao capitalismo. Marx escreve neste mesmo prefácio, após afirmar que é o ser social que determina a consciência e não o contrário, que:

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social.

Benjamin demonstra ter sobre esse assunto uma posição comum ao que ficou conhecido como marxismo ocidental. Embora esse marxismo tenha-se definido melhor especialmente após a Segunda Grande Guerra, ele foi produzido a partir da década de 1920 como pensamento filosófico e político que divergia do marxismo soviético, cuja ênfase concentrada na economia política e no Estado foi deslocada para a cultura, para a filosofia e para a arte<sup>24</sup>.

Entre as décadas de 1920 e 1960, segundo Perry Anderson, intelectuais como Lukács, Korsch, Gramsci, Benjamin, Horkheimer, Della Volpe, Marcuse, Lefebvre, Adorno, Sartre, Goldman, Althusser e Colletti estariam sob o signo do chamado marxismo ocidental: o registro do academicismo, o abandono da práxis, da militância partidária, de temas como a economia política e o Estado, o pessimismo quanto ao movimento de massas, segundo o autor, e quanto às lutas sociais e políticas proletárias foram características que marcaram uma grave diferença entre os intelectuais desse período e aqueles das gerações anteriores à Primeira Grande Guerra, como os próprios Marx e Engels, Labriola, Mehring, Kautsky, Plekhanov, Lenin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Trotsky, Bauer, Preobrazhensky e Bukharin<sup>25</sup>.

O próprio Benjamin nunca esteve ligado a um partido político, nem foi militante, mas Anderson engana-se ao dizer o mesmo sobre Antônio Gramsci, por exemplo, que foi intelectual orgânico ligado ao Partido Comunista Italiano naquela época. Embora para Anderson<sup>26</sup>, a Alemanha, a França e a Itália lograssem contar naquele período com a existência de um partido comunista de massas apoiado pelos principais setores da classe operária, o mesmo não teria ocorrido em outras regiões da Europa, o que acabou dificultando o desenvolvimento de uma cultura política marxista. Além disso, a influência soviética sobre os partidos comunistas em geral, desconsiderando as singularidades das lutas proletárias em cada lugar e região, somou-se à inexistência de levantes de massas na Europa. O controle do Partido Comunista da União Soviética em torno da ideologia que veiculava também desfavoreceu a produção de novidades teóricas:

Portanto, a característica subjacente do marxismo ocidental como um todo é ser um produto da *derrota*. O fracasso da revolução socialista em propagar-se para fora da Rússia, causa e consequência de seus desvios dentro da Rússia, é o elo

<sup>23</sup> MARX, Karl. Prefácio. In: **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 24 – 25.

<sup>24</sup> ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 75-76.

<sup>25</sup> Op. Cit. p. 21 – 45.

<sup>26</sup> Op. Cit. p. 47.

comum na formação de toda a tradição teórica deste período. Seus trabalhos mais importantes foram, sem exceção, produzidos em condições de isolamento político e desespero<sup>27</sup>.

Essas condições marcaram um impasse para o avanço das lutas operárias em regiões desenvolvidas da Europa, pois segundo os princípios básicos do materialismo histórico, para os quais achava-se que seria importante destacar “o exame das leis econômicas do funcionamento do capitalismo como um modo de produção, a análise da máquina política do Estado burguês” e “a estratégia da luta de classes necessária para derrubá-lo”, o avanço do capital no espaço europeu não foi acompanhado por um levante operário capaz de provocar as condições mínimas para uma revolução socialista<sup>28</sup>. Foi nessas circunstâncias de derrota e arrefecimento das lutas sociais e políticas da classe operária que Benjamin escreveu o texto “Sobre o conceito da história”.

O desinteresse intelectual pelo estudo do capitalismo na Europa após a década de 1920 é compensado pelo crescimento das produções teóricas em filosofia, especialmente como disciplina acadêmica, o que mostra que não foram acidentais as investidas de Benjamin em publicar junto ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, no período em que a teoria marxista europeia se afastou de suas relações com as lutas sociais e políticas da classe operária para ocupar as prateleiras das bibliotecas e salas das universidades. Podemos afirmar, então, que o texto “Sobre o conceito da história” registra um impasse específico: denuncia a degradação socioambiental causada pela manutenção do regime social capitalista ao lado da falta de condições políticas, naquela conjuntura imediata, para a transformação da história da Europa ocidental, em favor da ampla emancipação do proletariado e do socialismo.

### **Teoria da História e metodologia historiográfica: um suposto encontro**

Comprometido com a luta pela emancipação proletária durante o período em que viveu e na condição de um imigrante, senão refugiado em diferentes países, Benjamin registrou com enorme lucidez essa contradição fundamental do capitalismo, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, mas registrou outras contradições além desta também. É trágica a sua leitura através daquilo que chamou de o anjo da história: “seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés”<sup>29</sup>.

Em “Rua de mão única”<sup>30</sup>, nosso autor escreve de maneira apaixonada que “(...) se a eliminação da burguesia não estiver efetivada até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico (a inflação e a guerra de gases o assinalam), tudo está perdido”<sup>31</sup>. Sua narrativa parte de sua experiência e nota-se que ele a vai compondo desde aquilo

---

<sup>27</sup> Op. Cit. p. 63 – 64.

<sup>28</sup> Op. Cit. p. 66.

<sup>29</sup> BENJAMIN, 1987, p. 226.

<sup>30</sup> BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5<sup>o</sup> ed. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>31</sup> Escrito na década de 1920, este texto demonstra a leitura cuidadosa que Benjamin (1995, p. 45– 46) possui do marxismo.

que observa na Europa daquele período, como a agitação das massas voltada para as finalidades da guerra, a perseguição política contra comunistas e religiosa contra judeus. Desde suas circunstâncias e condições pessoais, ele demonstra ter feito para si uma ligeira análise da conjuntura política das lutas sociais de seu tempo e manifesta perplexidade sobre isso também, mas seu pensamento histórico é contundente e muito amplo.

A questão do materialismo histórico cumprirá um papel justamente edificante para o debate disciplinar em História após Walter Benjamin. A narrativa historiográfica, elaborada a partir do que chamaremos aqui de método de composição, aponta para uma metodologia singular e especializada capaz de, concentrando-se naquilo em que atribui gravidade, levantar aquilo que estava oculto, silenciado ou perdido, isto é, “escovar a história a contrapelo”. As linhas gerais para tal método são indicadas pelo nosso autor<sup>32</sup>:

Dizer algo sobre o próprio método da composição: como tudo em que estamos pensando durante um trabalho no qual estamos imersos deve ser-lhe incorporado a qualquer preço. Seja pelo fato de que sua intensidade aí se manifesta, seja porque os pensamentos de antemão carregam consigo um télos em relação a esse trabalho. É o caso também deste projeto, que deve caracterizar e preservar os intervalos de reflexão, os espaços entre as partes mais essenciais deste trabalho, voltadas com a máxima intensidade para fora<sup>33</sup>.

O projeto a que se refere Benjamin é, provavelmente, aquele em que estava se dedicando e ficou inacabado: seu “Trabalho das Passagens”. A noção de uma máxima intensidade voltada para fora é recuperada pela ideia de gravidade, que apontamos aqui com destaque à narrativa historiográfica. Para todos os efeitos, tal destaque recai sobre as lutas de classes e demais lutas sociais, como aquelas dos grupos oprimidos e marginalizados na sociedade, por exemplo, e esse método deve operar em conformidade com o pensamento dialético, buscando suas contradições correspondentes, para resultar com sucesso em uma análise histórica concreta e suficientemente descritiva, isto é, até o ponto de sintetizar as múltiplas determinações registradas na diversidade da vida social realmente existente.

O exercício linguístico ao qual se dedicará o historiador ou historiadora por ocasião da produção da narrativa historiográfica deverá partir das relações sociais até as palavras e não simplesmente das palavras às coisas. Isto significa, sem dúvida, recolher à História um de seus aspectos mais caros: a compreensão da sociedade no espaço e tempo de suas dinâmicas simultâneas.

O contexto social observado por Benjamin encontra na questão do materialismo histórico a sua intensidade. Contudo, o materialismo histórico a que se referiu o nosso autor migrante não se referia estritamente à dimensão econômica senão a todas as esferas da vida cotidiana. A história, para ele, não deveria ser aquela do eterno retorno do mesmo, continuidade, da repetição. Eis que Olgária Matos<sup>34</sup>subscreeve:

---

<sup>32</sup> BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

<sup>33</sup> Op. Cit. p. 499.

<sup>34</sup> MATOS, Olgária. **O iluminismo visionário**: Benjamin, leitor de Descartes e Kant. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 28.



O progresso é o mito sob o qual o mundo moderno esconde sua real natureza, o inferno da repetição. A história nascida sob o signo do progresso procede do mesmo mito e o recria. Dessa “evidência” do progresso, a modernidade consegue criar uma passividade, fonte da repetição.

Este mundo moderno é capitalista, tomando a base social cujo modo de produção e reprodução funda e mantém as relações sociais em torno do consumo, como estão contemporaneamente, organizando e mantendo a divisão social do trabalho através do Estado, recria de maneira repetitiva a imagem de um tempo labiríntico, no qual arriscamos nos perder e perder de vista as chances para uma mudança social efetivamente substantiva, no sentido da sustentabilidade socioambiental e emancipação dos povos negros, do proletariado, dos indígenas, dos mestiços, dos empobrecidos e oprimidos, das mulheres, de quem não tem moradia, de todos os gêneros de identidade, origem e religião, enfim.

É Giorgio Agamben<sup>35</sup> quem nos inspira nosso entendimento sobre a ideia de imagem, aqui concebida como um dispositivo de captura, orientação, determinação, interceptação, de modelagem, também de controle, e capaz de assegurar as práticas, as condutas, as opiniões e os discursos dos indivíduos. Assim, a superação da passividade a que se referiu Olgária Matos prescinde da desconstrução e superação da imagem que a ela corresponde: nesse caso, da “imagem eterna do passado” a que se referiu Walter Benjamin. Em sua tese dezesseis do texto “sobre o conceito da história”, essa história e historiografia burguesa, da continuidade, do progressismo das forças do capital e da repetição dramaticamente nele enrustida, precisa ser superada em favor de uma historiografia para a qual o cotidiano é transição:

O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente *aquela* presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta a imagem “eterna” do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz “era uma vez”. Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história<sup>36</sup>.

Com vistas para um futuro de ampla emancipação humana e considerando as lutas sociais de massas, a narrativa historiográfica referenciada no pensamento de Benjamin qualificaria aquele cotidiano experimentado pelo nosso autor como um regime transnacional de exceção. O materialista histórico, para quem o passado, portanto, é uma “experiência única”, algo verdadeiramente singular, deve combater a “imagem eterna do passado”. Reconhecendo que a experiência contemporânea está seriamente afetada pela modernidade capitalista e pelo individualismo, quando comparada à experiência tradicional e comunitária transmissível pelo relato de uma geração à outra, Benjamin valoriza o esforço de historiadores e historiadoras em produzir uma narrativa historiográfica capaz de romper o isolamento criado pela historiografia burguesa entre passado e presente, o que se verifica no cotidiano. Nesse sentido, a narrativa historiográfica é concebida como uma intervenção intelectual, politicamente posicionada em uma

---

<sup>35</sup> AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Editora Argos, 2009, p. 40.

<sup>36</sup> BENJAMIN, 1987, p. 230 – 231.

sociedade, de alguma maneira capaz de interferir culturalmente sobre os modos de ser e viver da mesma.

O ocorrido precisa não apenas e simplesmente estar acessível, mas ser compartilhado de uma maneira a tocar a esperança por justiça social e ampla emancipação, precisa ser comum ao cotidiano. Esse passado a ele se refere não por mera semelhança, mas através de seu valor, que nele pode ser criticado entre o passado e o presente; exatamente esta é a noção qualitativa que leva Benjamin a desejar a explosão do “*continuum* da história”, pois a historiografia burguesa preocupa-se em registrar uma ideia de progresso que é, na verdade, a contradição entre ampliação dos domínios sobre a natureza, manutenção da exploração do trabalho para a acumulação de capital em condições degradantes, que representa injustiças e o sacrifício da vida, enfim.

A narrativa historiográfica elaborada pelo materialista histórico é, dessa maneira, uma experiência socialmente única e singular para seu leitor ou leitora, também para seus e suas ouvintes, quando efetivamente acessível, onde a história está aberta às contingências e a esfera das possibilidades pode ser recolhida em todas as escalas temporais: presente, passado e futuro. Agora, que imagem de tempo seria possível reconhecer no período em que Benjamin escreveu “Sobre o conceito da história”? A ascensão de regimes políticos fascistas em países desenvolvidos daquela mesma Europa, sua influência estendida até regiões como a América Latina e a África, o acirramento das lutas de classes e outras contradições sociais, o aumento das violências racistas, machistas, homofóbicas e transfóbicas, e a derrota da classe operária europeia, mesmo com as disputas que seguiam existindo entre os diferentes setores das classes dominantes e inclusive no interior do Estado; quando o cientificismo e o progressismo estavam associados aos retrocessos humanos e ambientais; quando o nazismo e a perseguição política e religiosa aos migrantes faziam, cruelmente, suas vítimas; diante do empobrecimento das massas, mesmo com o desenvolvimento tecnológico e industrial logrado por países centrais no sistema internacional daquele período, são, sem dúvida alguma, componentes de tal imagem.

A intensidade dessa imagem de tempo<sup>37</sup> recai especialmente sobre as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, em torno das quais a narrativa historiográfica pode percorrer diferentes perspectivas ao dedicar-se em escrever sobre a história que dá sentido a uma leitura de mundo, quando interpreta, analisa, compreende, descreve, explica e desenvolve tal narrativa sobre a vida social e seus processos históricos em dado espaço-temporalidade<sup>38</sup>.

Essa aplicação dos métodos de composição e desmistificação sobre determinado tema, o historiador ou historiadora poderá relacionar não apenas com a abordagem que leva a efeito

---

<sup>37</sup> Para a discussão em torno da abordagem do tempo histórico como imagem, conferir SANTOS JUNIOR, Edson dos. **Dinamômetro benjaminiano**: o materialismo histórico orientando a imaginação sobre um tempo. In: Manifestações religiosas no Brasil contemporâneo. *Revista Escritas*. Palmas, Tocantins. Vol. 8, nº 1, 2016, p. 226-241.

<sup>38</sup> As discussões e trabalhos que elaboram sobre o conceito de espaço-temporalidade são relativamente recentes; sobre o assunto conferir SANTOS JUNIOR, Edson dos. **Espacio-temporalidad en las migraciones**: indígenas guarani en conflicto con el desarrollo antidemocratico o desarrollismo. Foz do Iguaçu, Paraná. *Revista Orbis Latina*. Vol. 8, nº 2 (2018). p. 136-150.

em seus estudos e com a escolha de seu objeto, mas também com a narrativa historiográfica que está compondo. Aliás, uma vez que seus estudos sobre história são também portadores de verdades, como ele ou ela as qualifica, essa imagem não poderia deixar de possuir uma instabilidade constante, aquilo que a viabiliza como dispositivo que está sendo para tal ou qual narrativa historiográfica, desde a sua composição, circunstanciada e condicionada em seu espaço-temporalidade. Em outras palavras, a historiografia interfere na ordem social e com ela se relaciona, dela também sofre interferências. É produto e matéria da sociedade. Historiadores e historiadoras não podem ignorar isto ao realizarem o seu ofício, tão fiável quanto as demais ciências ou as artes. Afinal, História não é estória.

“Escovar a história a contrapelo” é uma postura de quem busca conhecer as lacunas existentes nos saberes registrados por uma dada sociedade, observando as relações entre sua cultura e sua vida material, além de observar como a política é realizada pelos que se encontram dominando, como vivem aqueles e aquelas que padecem, sofrem e ainda agora são oprimidos. É certamente, como pensou Benjamin, tratar de modo fundamental de aquilo que é ou pode ser socialmente relevante, a partir de um posicionamento intelectual abertamente favorável à emancipação humana. É, nesse sentido, recuperar algo das chances e possibilidades perdidas na história para isso ou tentativas esquecidas a esse respeito, uma vez que:

Não é que o passado lança luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem que salta. Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem. Despertar<sup>39</sup>.

A noção de imagem a que Benjamin se refere não é completamente diversa daquela que concebemos aqui, pois “a dialética na imobilidade” significa a representação assumida pelos dispositivos de que falamos enquanto objetos sociais, em seu exercício de manutenção da ordem vigente e até mesmo colaborando com a colonização de consciências, o que também precisa ser considerado. O pensamento dialético no método de composição da narrativa historiográfica cumpre o primoroso papel de vasculhar o desconhecido e até mesmo aquilo ignorado ou silenciado, não apenas para tornar conhecido aquilo que se havia apagado da história, mas, ao fazê-lo, interromper aquela passividade que anima a repetição da história. Para isso, é necessário partir das relações sociais à sua base material, verificando a narrativa historiográfica competente o bastante para recuperar as lutas de classes e demais contradições sociais, sem ignorar que a produção da narrativa historiográfica é um ato político.

Assim, “o ocorrido encontra o agora num lampejo” através de uma rememoração autêntica, recuperando aquilo que foi único e que por isto sua ligação com o passado e o presente não é de mero esclarecimento, mas de curiosidade. O passado e o presente não podem se esclarecer um ao outro porque a ligação existente entre eles está atravessada por uma dialética

---

<sup>39</sup> BENJAMIN, 2006, p. 504.

que precisa ser conhecida e não mistificada. É aqui que o método de composição se encontra com o que nós chamamos de método de desmistificação. Suas linhas gerais encontram-se nos escritos de Marx que se referem à história<sup>40</sup>, seus elementos fundamentais são recuperados para colocar em evidência os conflitos, as disputas, as desigualdades existentes na vida social, os interesses em jogo nas lutas de classe e a práxis, que é a sua principal diretriz. O método da desmistificação dirige-se às sensibilidades burguesa e pequeno-burguesa a partir do âmbito historiográfico, corresponde ao desmascaramento das elites, das classes dominantes em seus diferentes setores, de maneira a ficarem expostos os seus privilégios, a formação de seu consenso e de sua coercitividade recobrada de maneira sistemática ao longo do tempo.

Esse método consiste nos dias de hoje em interpretar as relações sociais pela divisão social do trabalho, pelo racismo, pelo machismo, pela homofobia e transfobia, pelo empobrecimento humano visto no plano nacional e internacional, problematizando as fronteiras em cada lugar no território, onde cada região do planeta encontra-se atravessada por singularidades múltiplas e espaço-temporalidades simultâneos. Deste modo, é possível reconhecer a existência de hierarquias e desigualdades de poder nas relações sociais de uma dada sociedade, cujas fontes apontam mesmo para sua existência e a de seus grupos privilegiados, em um cotidiano que é transição, e aponta para o movimento dialético de sua materialidade, de seu desenvolvimento em longa duração histórica. A aplicação das práticas que reúnem o que chamamos aqui de métodos de composição e desmistificação podem, inclusive, vir a contribuir bastante com uma metodologia crítica para a história do cotidiano e sua historiografia.

### **Considerações para um debate proveitoso**

Lilia Moritz Schwarcz nos recorda um antigo provérbio árabe que diz que “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”<sup>41</sup>. Não há dúvida sobre isto: as condições concretas nas quais nos formamos, bem como as relações sociais nelas existentes, aqui quase uma categoria, que lhes significam e são ao mesmo tempo produto e matéria dessa formação, possuem uma historicidade, que construímos e pela qual somos construídos, acredito que de maneira inegável.

Walter Benjamin é lido de diferentes maneiras mundo afora: ora de maneira sistemática, ora de um modo contraditório. Por vezes como um pensador político, por outras como um filósofo dominado pela teologia judaica. Para todos os efeitos, vale admitir que recuperamos aqui seu pensamento para dele nos apropriarmos e, a partir dele, refletirmos sobre aquilo que nos parece relevante para a construção da narrativa historiográfica, o que não significa ignorar qualquer

---

<sup>40</sup> Para isso é indispensável conferir MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2008.

<sup>41</sup> Apresentação à edição brasileira de BLOCH, Marc Léopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7.

dimensão do conjunto de sua obra, senão antes, fazer uma seleção consciente de aspectos dela que nos interessam.

Assim, não nos limitamos em considerar a leitura específica que esse autor realizou sobre o materialismo histórico de Marx e Engels, mas tentamos realizar uma elaboração positiva no que interessa à narrativa historiográfica, meditando sobre determinados aspectos do pensamento de Benjamin, sem nos preocuparmos com o estabelecimento de qualquer regra de método a esse respeito: está evidente, portanto, que escrevemos aqui com Benjamin e não contra ele. As circunstâncias de angústia a que ele foi submetido enquanto migrante transnacional, condicionado pela perseguição política e religiosa no período em que viveu, agrega à sua figura problemas que aqui não foram abordados, porque nosso propósito foi específico e, de outro modo, tais considerações dele poderiam nos afastar: ativemo-nos aos campos da História e Historiografia, da teoria da História e da metodologia historiográfica.

Ademais de tudo o que se disse aqui em relação ao cotidiano, seria importante tomá-lo como objeto em que a alienação se verifica, seguindo as indicações de Agnes Heller<sup>42</sup>, para quem cada indivíduo em sua particularidade carrega consigo o humano-genérico e o cotidiano encontra-se marcado pela contingência, por possibilidades de história. A alienação verificada no cotidiano envolve, de uma só vez, materialidade e imaterialidade, resultando, nesse caso, em uma articulação entre comportamento e estruturas sociais históricas.

Nesse sentido, aquele debate entre Lawrence Stone e Eric Hobsbawm sobre o ressurgimento ou volta da narrativa não está encerrado. Para o primeiro, isto se deve ao determinismo econômico na explicação da história e ao rompimento da história social com a história intelectual<sup>43</sup>; para o segundo, a narrativa variava com o uso de técnicas apropriadas para o estudo histórico situado no micro ou macrocosmo<sup>44</sup>. Mas ambos não foram capazes de reconhecer que comportamento e estruturas sociais articulam-se historicamente no cotidiano, o que se afirma neste trabalho.

A questão da narrativa historiográfica precisa estar comprometida com a busca da verdade, respondendo inclusive a problemas que são comuns a outras ciências além da História. Os esforços eruditos do historiador Hayden White<sup>45</sup>, por exemplo, em divulgar uma compreensão da história enquanto um gênero literário contra-científico prestam um desfavor aos debates específicos sobre a disciplina, devido a sua absoluta negação das relações existentes entre dada realidade social e a diversidade das percepções e sensibilidades sobre a mesma. Sua imagem de história é estática e eterna, contra o que temos uma crítica dessa imagem como crítica dos dispositivos de controle. Ou seja, a compreensão da história importa para a compreensão do presente, bem como do cotidiano.

---

<sup>42</sup> Conferir HELLER, Agnes. Estrutura da vida cotidiana. In: \_\_\_\_\_. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p. 17-42.

<sup>43</sup> Conferir STONE, 1991.

<sup>44</sup> Cf. HOBBSAWM, 1994.

<sup>45</sup> O posicionamento erudito e contra-científico deste historiador pode ser verificado em WHITE, Hayden. **Teoria literária e escrita da história**. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 7, nº 13, 1994. p. 21-48.

A crítica realizada por Benjamin ao progressismo capitalista não o coloca contra Marx, este apontou para a crise de acumulação do capital com o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, reconhecendo no próprio capitalismo o princípio de seu fim, enquanto estrutura econômica. O equívoco cometido nas leituras superficiais ou vulgares de muitos dos leitores e leitoras que Marx possui ainda hoje está em acreditar, segundo Benjamin, que tal progresso econômico levaria ao fim *automático* do capital, qual não é exatamente o que Marx afirma. Mas diferente dele, Benjamin problematiza sobre a construção do socialismo, ele propõe aos historiadores e historiadoras observar uma experiência compartilhada com o passado, de maneira que seja possível reconhecer no presente que a historiografia burguesa silencia sobre as chances e possibilidades de emancipação de trabalhadores e trabalhadoras realmente existentes na história.

Existem ainda outros aspectos, epistemológicos, acerca da relação desses métodos de composição e desmistificação com a narrativa historiográfica que precisam ser destacados enquanto compromisso de ofício: validade, confiabilidade, objetividade e verdade são alguns deles. Aludimos a estes dois últimos aspectos nas linhas deste artigo, na medida em que nos referíamos ao materialismo histórico como um dos fundamentos para um pensamento histórico voltado à ampla e irrestrita emancipação humana e do fazer historiográfico, embora não menos importantes sejam os aspectos validade e confiabilidade.

Assim como objetividade e verdade precisam ser buscadas nas relações sociais que se encontram marcadas pela divisão social do trabalho em um plano nacional e internacional, simultaneamente, validade e confiabilidade encontram-se marcadas por relações de poder. Tais relações contemporaneamente possuem o registro das desigualdades de várias origens, afetando esses aspectos em debates que são, sinceramente, disputas por autoridade e prestígio junto a um tipo de academia e de produção do saber que hesitam em deixar de servir às elites, às classes atualmente dominantes e às suas facções.

Precisamos meditar sobre se é possível pensar validade, confiabilidade, objetividade e verdade fora da historicidade, isto é, sem considerar mais este aspecto do pensamento histórico a que pertencem e que de fato possuem. A historicidade é, portanto, um aspecto fundamental àquilo que entendemos por compromisso de ofício, especialmente no que toca aos métodos de composição e desmistificação da narrativa historiográfica.

Em “O narrador”, Benjamin<sup>46</sup> problematiza sobre o declínio da narrativa, não como um “sintoma da decadência” ocidental nem como “uma característica moderna”, pois estando aquele que narra também situado no cotidiano, lugar de onde fala, sua habilidade de narrar tem-se transformado ao passo da “evolução secular das forças produtivas” e em contradição, portanto, com as tradições e com os antigos modos de vida comunitários, afetando a transmissibilidade da experiência.

Artigo recebido em 30/08/2018 e aprovado para publicação em 29/06/2019

---

<sup>46</sup> BENJAMIN, 1987, p. 201.